

PUBLICAÇÃO MENSAL

2^{Ano}
012
Nº 7 JULHO
ANO XXVIII

BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

EDITORA **NDJ** LTDA.
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

O NEPOTISMO CRUZADO E A SÚMULA VINCULANTE Nº 13 DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – JURISPRUDÊNCIA SOBRE O TEMA (Gina Copola)	785
PODER DISCIPLINAR DAS CORREGEDÓRIAS PRÓPRIAS DAS PROCURADORIAS E ACUSADOR NATURAL EM PROCESSO DISCIPLINAR CONTRA PROCURADOR DE ESTADO E DO DF: UMA ABORDAGEM CONSTITUCIONAL E À LUZ DA DISCIPLINA DISTRITAL (Antonio Carlos Alencar Carvalho)	790
PROTEÇÃO AMBIENTAL E COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA: A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E O DIREITO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS EM FACE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA SERODIOSA OU OBSOLETA (Raimundo Márcio Ribeiro Lima)	802
A RELEVÂNCIA DA MÁ-FÉ NO DELINEAMENTO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Emerson Garcia)	817
A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL E A PROMOÇÃO PESSOAL (João Gabriel Lemos Ferreira)	828
RETENÇÃO (REDUÇÃO) TEMPORÁRIA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO MEDIANTE O PROCEDIMENTO CHAMADO “RESERVA DE COTAS” – Proposta Conciliatória entre os Interesses da Administração Pública e dos Administrados sob a Ótica Garantista do Devido Processo Legal (Giordano da Silva Rossetto)	844
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS – Recursos Federais Transferidos para Entidades Privadas – Dano ao Erário na Execução da Avença Celebrada com o Poder Público Federal – Consecução de Finalidade Pública – Responsabilidade Solidária da Pessoa Jurídica de Direito Privado e Seus Administradores – Incidente de Uniformização de Jurisprudência (Tribunal de Contas da União)	853
PERMISSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UNIDADES LOTÉRICAS – Outorga pela Caixa Econômica Federal – Vedação à Participação de Pessoa Física Estrangeira ou Pessoa Jurídica com Sócio Alienígena na Concorrência – Restrição à Competitividade – Legislação que Proíbe a Exploração de Loterias pelos Estrangeiros, mas Não a Comercialização de Produtos Lotéricos – Interpretação do Art. 107 da Lei nº 6.815/80 (Tribunal de Contas da União)	871

continua...

JURISPRUDÊNCIA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Não Caracterização – “Massacre da Candelária” – Demanda Ajuizada por Irmão de Vítima – “Dano Moral em Ricochete” – Não Comprovação de Vínculo de Afeto – Presunção Relativa de Dano Afastada	877
PENSÃO POR MORTE – Neta de Militar – Adoção como Filha Realizada por Meio de Escritura Pública – Art. 375 do CC/1916 – Observância às Formalidades Legais Vigentes à Época de Sua Concretização – Ato Válido e Eficaz – Supressão do Pagamento do Benefício – Inadmissibilidade – Não Ocorrência de Instauração de Processo Administrativo – Contraditório e Ampla Defesa Não Assegurados	880
CONCURSO PÚBLICO – Alegada Preterição – Não Ocorrência – Lotação Escolhida Segundo a Ordem Classificatória – Posse – Surgimento Posterior de Novas Vagas – Lotação de Aprovados com Classificação Inferior no Local de Preferência do Candidato – Observância às Normas Editais – Necessidade de Permanência na Primeira Lotação por Período de Cinco Anos – Ausência de Direito Líquido e Certo do Impetrante	885
AGENTES PÚBLICOS – Admissão em Caráter Temporário – Colônia e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – Gratificação de Penosidade, Insalubridade e Risco de Vida – Previsão em Lei Complementar Estadual – Cabimento, Independentemente da Natureza do Vínculo do Funcionário com a Administração – Natureza <i>Propter Laborem</i> – Observância, ademais, ao Princípio da Isonomia	891
CRIME ELEITORAL – Defensoria Pública – Ausência de Intimação Pessoal – Nulidade – Realização de Novo Julgamento – Intimações na Forma Eletrônica que Devem Obedecer às Disposições do CPC e da Lei nº 11.419/06	894
EMPRESA PÚBLICA – Instituição Financeira – Analista Júnior – Negativa do Pagamento de Horas Extras – Enquadramento do Reclamante na Exceção Prevista no Art. 224, § 2º, da CLT – Necessidade da Constatação da Real Fidúcia – Encerramento Prematuro da Instrução Processual – Indeferimento de Prova Oral – Cerceamento do Direito de Defesa – Nulidade Caracterizada – Retorno dos Autos à Vara do Trabalho de Origem	898
DEFICIENTE VISUAL – Aquisição de Veículo Automotor – Pretensa Isenção de ICMS – Admissibilidade – Interpretação Sistemática e Teleológica da Legislação – Não Cabimento da Interpretação Literal do Dispositivo que Limita a Isenção do Imposto Somente às Pessoas com Deficiência que Possuam CNH – Afronta aos Princípios da Isonomia e da Dignidade da Pessoa Humana ...	903

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL